

14. DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL E GESTÃO DEMOCRÁTICA



MUNICÍPIO DE SALTO DO ITARARÉ

Plano Diretor Municipal

Com o objetivo de acompanhar e implementar as diretrizes e proposições elencadas no Plano Diretor faz-se necessária a organização das instituições governamentais que promovam o desenvolvimento institucional, fomentada pelos instrumentos de democratização da gestão urbana, baseados nos princípios fundamentais da Constituição Federal e do Estatuto da Cidade.

DIRETRIZES E PROPOSIÇÕES

DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL E GESTÃO DEMOCRÁTICA

Nº	DIRETRIZES	Nº	PROPOSIÇÕES	PRAZO		
				CURTO	MÉDIO	LONGO
1	Incentivar e fortalecer a participação popular.	1.1	Organizar debates, audiências, consultas públicas, conferências, para implementar o Plano Diretor, o orçamento participativo e a iniciativa popular de projetos de lei.			
		1.2	Implantar na Prefeitura Municipal terminal público de consulta a informações locais, tais como o PDM, com acesso à internet.			
		1.3	Criar base de dados acessível por meio eletrônico a todas as Secretarias Municipais e à população por meio da implementação do Sistema de Informações Geográficas (SIG), que irá mapear a situação das áreas de Preservação Natural, as áreas de cultivo, áreas improdutivas, tipo de uso do solo urbano e rural, entre outras informações para auxiliar no direcionamento dos recursos municipais.			
2	Implantar o Sistema de Planejamento Integrado.	2.1	Definir metodologia e protocolo de trabalho integrado das secretarias municipais utilizando o SIG por meio eletrônico.			
		2.2	Garantir, através de ações administrativas/institucionais, a participação de todos os departamentos municipais, órgãos estaduais atuantes no Município nos processos decisórios e de formulação de estratégias para o desenvolvimento municipal, implicando eficiência ao evitar duplicidade de projetos e análises.			
		2.3	Promover a modernização Administrativa: Modernizar estrutura administrativa e institucional de Salto do Itaré.			
		2.4	Criar Núcleo/Setor de Planejamento, com, no mínimo, um arquiteto urbanista e um engenheiro civil no quadro técnico, para implementação e monitoramento da aplicação do Plano Diretor Municipal e demais planos setoriais.			
		2.5	Promover a revisão e a reestruturação organizacional da administração pública.			
		2.6	Atualizar e readequar Plano de Cargos e Carreiras para todos os servidores.			
		2.7	Criar o regimento interno da prefeitura municipal e atualizar o estatuto do servidor. (Regime Jurídico Único)			
		2.8	Executar recadastramento imobiliário.			



MUNICÍPIO DE SALTO DO ITARARÉ

Plano Diretor Municipal

Nº	DIRETRIZES	Nº	PROPOSIÇÕES	PRAZO		
				CURTO	MÉDIO	LONGO
		2.9	Atualizar a planta genérica de valores.			
		2.10	Revisar e atualizar Código Tributário Municipal.			
		2.11	Prover recursos necessários para promover treinamento, capacitação e atualização dos funcionários da Administração Municipal em geral.			
		2.12	Atualizar os dados referentes ao Município com frequência.			
3	Adequar a estrutura física da Prefeitura Municipal.	3.1	Adquirir mobiliário, máquinas, equipamentos, utensílios e veículos visando suprir ou minimizar as necessidades tecnológicas e estruturais do Poder Público Municipal na implantação e execução de obras e ações efetivas de desenvolvimento e manutenção dos serviços prestados à população.			
4	Oferecer recursos materiais, estruturais e humanos.	4.1	Garantir a continuidade dos serviços de aquisição de móveis, equipamentos, material de expediente, produtos de higiene e limpeza, gêneros alimentícios, material de construção, combustíveis, peças e serviços de mecânica, pneus, lubrificantes, e outros destinados a manutenção do serviço público. Contratação de profissionais para promoção de cursos e palestras destinados a capacitação e motivação dos servidores públicos. Promover a capacitação dos servidores públicos possibilitando a participação em cursos de capacitação, palestras, feiras e congressos. Locação de imóveis destinados as atividades das Secretarias Municipais.			
5	Garantir a formação do Conselho de Desenvolvimento Municipal, incentivando a participação no acompanhamento e implementação do PDM.	5.1	Criar e instituir o Conselho e o Fundo de Desenvolvimento Municipal, para o atendimento aos objetivos e diretrizes do PDM, bem como para o encaminhamento e execução das ações e projetos elencados no Plano.			
		5.2	Acompanhar a aplicação da legislação municipal relativa ao planejamento e desenvolvimento territorial, também propondo sobre a atualização ou a complementação do Plano Diretor Municipal.			
		5.3	Acompanhar políticas setoriais integradas que tenham relação com o desenvolvimento territorial do Município.			
		5.4	Definir prioridades na aplicação dos recursos do Fundo Municipal de Desenvolvimento (Núcleo de Planejamento e Conselho de Desenvolvimento Municipal).			
		5.5	Analisar e aprovar projetos e empreendimentos de impacto significativo, incluindo indicação de medidas compensatórias ou mitigadoras e alterações que entender necessário, sem prejuízo das demais aprovações previstas na legislação (Núcleo de Planejamento e Conselho de Desenvolvimento Municipal).			

FASE V – PLANO DE AÇÃO E INVESTIMENTOS



INTRODUÇÃO

O Plano de Ação e Investimentos (PAI) trata do indicativo das ações e projetos que terão prioridade no Plano Diretor Municipal (PDM), resultado da etapa Diretrizes e Proposições, com a hierarquização de investimentos em infraestrutura básica e social, equipamentos em geral e ações institucionais.

Nele são apresentadas as estimativas de custos de instalação e implantação dos programas e projetos para os próximos cinco anos e a compatibilidade destes custos com a projeção orçamentária, analisando a futura capacidade de investimento e de endividamento do Município, bem como as verbas que poderão advir de ações políticas com obtenção de recursos a fundo perdido.

No PAI Municipal são elencadas as propostas para as áreas prioritárias de atuação.

O PAI é fruto das análises comunitárias e técnicas e está dividido em medidas urbanísticas de cunho concreto, diretrizes políticas norteadoras da legislação do PDM, de suas leis complementares e de órgãos da administração municipal envolvidos nestas ações, e entidades públicas a quem a administração poderá buscar apoio. As propostas são descritas segundo os seguintes eixos de desenvolvimento:

- Proteção e Preservação Ambiental;
- Serviços Públicos, Infraestrutura e Saneamento Ambiental;
- Desenvolvimento Socioeconômico;
- Desenvolvimento Institucional;
- Desenvolvimento e Ordenamento Fisicoterritorial.

A elegibilidade das ações e projetos prioritários deu-se através do debate dos problemas e potencialidades encontradas no território municipal e, neste processo de discussão, os principais atores foram: Equipe Técnica Municipal do PDM, Comissão de Acompanhamento do PDM, Administração Municipal, Legislativo Municipal, Equipe Técnica da Consultoria e, fundamentalmente, a comunidade em geral em seus diversos segmentos representativos (Conselhos, Associações, EMATER entre outros), sempre sob a supervisão dos técnicos do Serviço Social Autônomo – PARANACIDADE/Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano (SEDU).

As ações contempladas no PAI, que serão hierarquizadas para o período entre 2017 e 2022, são resultantes da etapa Diretrizes e Proposições, que demonstra ações definidas em curto, médio e longo prazo.

Para definição do número de projetos prioritários adotou-se o critério de estabelecer as principais ações para cada tema de intervenção, respeitando, para tanto, o período dos próximos cinco anos, levando-se em consideração os seguintes indicadores:

- Construção e consolidação da estrutura urbana proposta pelo PDM;



- Melhoria nos índices sociais e econômicos;
- Modernização da administração, com redução de custos;
- Melhoria na qualificação e produtividade;
- Agilidade no atendimento da população local.

Desta forma, as ações foram classificadas em curto (de 1 a 2 anos), médio (de 2 a 4 anos) e longo prazo (de 4 a 5 anos), sendo estimados valores para a execução das Medidas Urbanísticas e Políticas a serem realizadas, bem como apontadas possíveis fontes de recursos a quem a administração pública poderá recorrer, tanto para financiamento quanto para desenvolvimento de projetos a fundo perdido.

A análise da capacidade de investimento envolve o ocorrido nos exercícios de 2012 a 2016 e a projeção do que poderá ocorrer nos anos de 2017 a 2022. Demonstra-se a provável evolução das receitas e despesas e o que poderá ser gasto em termos de dispêndio, com investimentos, encargos e amortizações.

Cabe destacar que, despesas com manutenção de atividades e custeio da Administração Municipal, inclusive com o pessoal ativo e inativo, não serão objeto de financiamento nem consideradas para efeito de contrapartida dos municípios aos projetos.

Várias medidas apontadas na construção do PDM poderão ser tomadas sem custos adicionais aos que o Município já possui, bastando apenas adotar medidas administrativas de forma a racionalizar e otimizar procedimentos e ações, especialmente na área institucional. Isso dará mais agilidade e eficiência à máquina administrativa.

Tais previsões por si só não asseguram a eficácia do PDM, necessitam de medidas de implementação, desenvolvimento de projetos e ações efetivas preconizadas neste Plano.

Nas proposições das ações foram levados em conta o Plano Plurianual (PPA) e outros planos governamentais setoriais correlatos.

As políticas públicas para a área de saneamento, recursos hídricos, proteção do meio ambiente e proteção e promoção da saúde também foram levadas em consideração na formulação destas ações.

Entretanto, os planos e políticas públicas, nos aspectos de implementação podem sofrer alterações em função de políticas governamentais ou fortes impactos na economia, devendo as ações e metas contempladas serem revisadas e adaptadas às novas condições, quando da sua implantação.

A compatibilização de planos é um processo bilateral, já que quase sempre estes são formulados em momentos diferentes, fato que exigirá complementações de um ou de outro plano. Os planos, por sua própria natureza não são estáticos, devendo, sempre que necessário, sofrer adaptações e atualizações.



Para atribuição dos valores estimados para cada ação foram realizadas diversas consultas junto a fornecedores, prefeituras que estão implementando projetos e executando obras semelhantes, junto à Secretaria do Desenvolvimento Urbano (SEDU) do Estado do Paraná e, no caso dos produtos, máquinas, veículos, equipamentos, *softwares*, etc., em publicações e *sites* especializados. Entretanto, estes valores são estimados levando-se em conta a realidade econômica e de mercado atual (2016), o que exigirá da administração municipal atualização e adaptação dos custos conforme detalhamentos em projetos específicos elaborados e implantados no devido tempo.

A identificação de algumas das possíveis fontes de financiamento por si só não garante a obtenção dos recursos, devendo vir acompanhada de projetos específicos, gestão administrativa e política para a concretização de financiamentos.

5. PROTEÇÃO E PRESERVAÇÃO AMBIENTAL



Um dos princípios constitucionais fundamentais norteadores do PDM é a garantia do direito às cidades sustentáveis. O princípio de desenvolvimento sustentável passou a ser um componente fundamental do desenvolvimento territorial (urbano e rural), pelo qual os seres humanos e suas futuras gerações são o centro das preocupações e têm o direito a uma vida saudável e produtiva, em harmonia com a natureza, conforme dispõe o princípio 1 da Agenda 21.

No PDM de Salto do Itararé, a proteção e preservação ambientais tornam-se a base do desenvolvimento municipal, interferindo não apenas nas ações diretas, tais como intervenção na fauna, flora e recursos hídricos, como também na definição de uso do solo, nas ações para saneamento ambiental e infraestrutura.

ASPECTOS AMBIENTAIS

Recuperação e Preservação Ambiental

Conforme diagnosticado na Avaliação Temática Integrada, o Município de Salto do Itararé apresenta poucos remanescentes florestais.

As matas ciliares recebem ênfase dentro da recuperação ambiental, pois, como define a Lei Federal nº. 4.771/65 (Código Florestal Brasileiro), têm a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica, a biodiversidade, o fluxo gênico de fauna e de flora, bem como proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas. A mata ciliar é área de preservação permanente, devendo ser respeitada uma extensão específica de acordo com a largura dos rios, córregos, lagos, represas e nascentes.

Na busca do ambiente equilibrado entre natural e construído, além de ações preventivas (como controlar e disciplinar atividades de potencial impactante e o uso dos recursos naturais), é necessária a realização de ações reparatórias (como plantio de mudas nas margens de corpos d'água). São previstas neste Plano de Ação e Investimentos também ações de incentivo, cujo objetivo é reduzir e inibir processos que exauzem os recursos naturais, ou seja, deve-se economizar material e energia.

AÇÕES EM CURTO PRAZO

1. Proibir a instalação de barracões e depósitos de pesticidas, agrotóxicos, defensivos agrícolas, todo e qualquer produto químico que possa gerar algum tipo de toxidade nas áreas urbanizadas do Município;
2. Readequar os materiais passíveis de substituição por outros reciclados e/ou recicláveis, na Administração Municipal.



AÇÕES EM CURTO/MÉDIO/LONGO PRAZO

3. Integrar as ações de iniciativa do Poder Público, iniciativa privada e da comunidade, visando o desenvolvimento de programas para recuperação e preservação das matas ciliares;
4. Recuperar as áreas degradadas e garantir a preservação dos rios e córregos municipais, bem como as áreas de mata nativa e reserva legal;
5. Desenvolver programa, em parceria com o Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), para recuperar as matas ciliares dos cursos d'água e auxiliar o enriquecimento das manchas de vegetação nativa existentes, bem como para promover o monitoramento e a fiscalização constante do exercício das atividades existentes ao redor dessas áreas, de forma que:
 - a) Evitem o crescimento das densidades demográficas dessas áreas;
 - b) Sejam aplicáveis à implantação de acessos viários, de forma que restrinjam processos de expansão urbana em direção ao manancial;
 - c) Incentivem as empresas na implantação de áreas de reserva florestal no seu entorno, com vistas a conter ocupações nas proximidades.

Controle de Recursos Naturais

Como a água é fator limitante para a existência de toda e qualquer atividade urbana ou rural, deve-se estimular e exigir a adequada utilização e preservação dos recursos hídricos dos municípios. Existe a necessidade de controle e monitoramento constante da qualidade da água utilizada para o consumo humano através da conservação dos mananciais de abastecimento.

Outro fator importante para a preservação dos recursos hídricos é a conservação dos reservatórios naturais de água destinados à garantia da funcionalidade das estruturas drenantes, mantendo a vazão adequada através de manutenção periódica.

Cabe destacar que a recuperação das APPs é fator determinante para a conservação dos recursos hídricos.

AÇÃO EM CURTO PRAZO

6. Elaborar o Plano Municipal de Recursos Hídricos de Salto do Itararé (PMRH).

AÇÕES EM CURTO/MÉDIO/LONGO PRAZO

7. Promover o monitoramento e controle na perfuração de poços artesianos, na área urbana e rural (utilizados para o abastecimento de piscinas e para irrigação/cultivo), conforme legislação pertinente, licenciamento do IAP, Instituto das Águas do Paraná (antiga SUDERHSA) e licença municipal para realização dos serviços;
8. Desenvolver programa de limpeza dos resíduos sólidos acumulados nos rios, córregos e suas margens;



9. Promover estudo para identificação de meios para estabelecer sistema de monitoramento conjunto que acompanhe de modo sistemático, a qualidade hídrica dos mananciais que servem o Município.

Legislação Ambiental Municipal

Além das áreas de preservação permanente, estabelecidas pela Lei Federal nº. 4.771/65, existe também no Município outras áreas que devem ter usos especiais de acordo com a Resolução Conjunta IBAMA/SEMA/IAP nº. 05 de março de 2008 que define critérios para avaliação das áreas úmidas e seus entornos protetivos, normatiza sua conservação e estabelece condicionantes para o licenciamento das atividades nelas permissíveis no Estado do Paraná.

Em decorrência das formas de uso/ocupação, que na maioria das vezes, não consideram as características naturais, gerando uma série de problemas socioambientais, a criação e a implantação de processos institucionais e sistemas legais de regulamentação das questões ambientais no território municipal são necessárias. O monitoramento e a fiscalização fazem parte desse processo, assim como a capacitação de funcionários municipais para lidarem com essa realidade.

AÇÃO EM CURTO PRAZO

10. Elaborar e instituir legislação ambiental municipal relacionada ao ambiente natural e ao modificado para regulamentação e fiscalização de passivos ambientais;

AÇÃO EM CURTO/MÉDIO PRAZO

11. Estabelecer parcerias com profissionais e/ou instituições qualificadas, buscando reduzir custos, para a realização de mapeamento detalhado e georreferenciado do uso do solo em Salto do Itararé, bem como para criar uma base de dados única, gerando assim, instrumentos para a revisão periódica do Macrozoneamento Municipal e do Zoneamento Urbano.

Arborização Urbana

Salto do Itararé não possui um plano de arborização urbana para que seja implantado, o que ocasiona alguns conflitos, como plantio de espécies inadequadas, espaçamentos irregulares entre as árvores, interferência na rede de iluminação pública, rompimento das calçadas formando obstáculos nos passeios.

Em função desta valorização da paisagem urbana que tem inúmeros efeitos ambientais e estéticos, são propostas intervenções imediatas, assim como, proporcionar mais áreas verdes na sede urbana.



AÇÃO EM CURTO/MÉDIO PRAZO

12. Elaborar o Plano de Arborização Urbana que estabeleça critérios e procedimentos de renovação permanente da vegetação das vias e espaços públicos urbanos:
- a) Poda, erradicação, plantio, replantio da vegetação localizada nas vias públicas do Município (árvores, arbustos, forração), com o devido treinamento das equipes municipais e profissionais que executarão esse tipo de serviço com o apoio do IAP (cursos de aperfeiçoamento);
 - b) Definição de espécies apropriadas, que se adaptem aos equipamentos urbanos (fiação elétrica e telefônica, redes de abastecimento de água, coleta de esgoto e pluvial) com a orientação de profissional habilitado da Prefeitura Municipal de Salto do Itararé;
 - c) Definição de largura de passeios com posição e dimensionamento das covas, distanciamento da árvore dos cruzamentos, do posteamento, da sinalização de trânsito, de abrigos ou pontos de ônibus e de telefones, mobiliário e equipamentos públicos;
 - d) Previsão de utilização da calçada ecológica (com faixa de grama intercalada com o pavimento);
 - e) Manutenção, intervenção ou modificação em áreas verdes (parques, praças, jardins e canteiros das avenidas);
 - f) Definição de sistema de penalidades, punição e cobrança de multas no caso de infrações e de reincidência.

Educação Ambiental

A Lei Federal nº. 9.795, de 27 de abril de 1999 - Da Educação Ambiental – exige que os estados e municípios possibilitem a inserção das questões relacionadas à educação ambiental em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não formal. Já nos seus dois primeiros artigos deixa isso bem claro:

Art. 1º. Entende-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade.

Art. 2º. A educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não formal.



Cabe à Administração Municipal intervir junto às escolas e à comunidade para a efetivação desse processo, com a inclusão de atividades e práticas ecologicamente sustentáveis no cotidiano da população.

AÇÕES EM CURTO/MÉDIO/LONGO PRAZO

13. Realizar palestras, com auxílio de entidades como a EMATER, por exemplo, para os produtores rurais como meio de promover a conscientização sobre uso racional da água, do solo e das matas, criando rede de vigilância coletiva;
14. Sensibilizar através de campanhas os estabelecimentos comerciais, industriais, de serviços e também os residenciais de médio e grande porte quanto aos benefícios econômicos e ambientais do reuso de água, aproveitamento da água da chuva e da utilização de sistemas de energia solar ou eólica;
15. Implantar a educação ambiental nas escolas da rede pública, através de projeto que contemple tanto atividades cognitivas (visitas a locais ambientalmente frágeis e parques ecológicos) com atividades práticas (plantio de árvores, mutirão de limpeza, coleta de material reciclável, etc.).

6. SERVIÇOS PÚBLICOS, INFRAESTRUTURA E SANEAMENTO AMBIENTAL



ASPECTOS DE INFRAESTRUTURA

Considerando a proteção ambiental, sabe-se que a infraestrutura urbana interfere diretamente na qualidade de vida das pessoas e no meio ambiente. A falta de pavimentação, galerias de águas pluviais e esgotamento sanitário, além da destinação incorreta de resíduos são fatores que potencializam a degradação ambiental.

Investimentos em saneamento (abastecimento de água, coleta e tratamento de esgoto, coleta e tratamento de resíduos sólidos, drenagem e pavimentação) diminuem a incidência de doenças e internações hospitalares e evitam o comprometimento dos recursos hídricos do Município.

Saneamento Básico

Acompanhando a preocupação das diferentes escalas de governo com questões relacionadas ao saneamento, a Lei Federal nº. 11.445 de 2007 estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento, bem como para a política municipal do setor. Entendendo saneamento básico como o conjunto de serviços, infraestruturas e instalações operacionais de abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, drenagem e manejo de águas pluviais urbanas, a Lei condiciona a prestação dos serviços públicos destas áreas à existência do Plano Municipal de Saneamento Básico, o qual deve ser revisto periodicamente.

AÇÕES EM CURTO PRAZO

1. Implementar o Plano Municipal de Saneamento Básico, elaborado pela prefeitura, em conformidade com a Lei Federal 11.445/2007, composto pelos Planos Diretores de Abastecimento de Água, Esgotamento Sanitário, Drenagem Urbana de Águas Pluviais e Resíduos sólidos;
2. Criar e instituir Conselho e Fundo Municipal de Saneamento Básico, com recursos próprios municipais, visando à ampliação dos serviços públicos de saneamento ambiental.

AÇÃO EM CURTO/MÉDIO/LONGO PRAZO

3. Garantir o abastecimento de água tratada a população do Município de Salto do Itararé.

Esgotamento Sanitário

O município de Salto do Itararé não possui sistema de coleta e tratamento de esgotos. A maioria dos moradores ainda utiliza a fossa, na maior parte das vezes rudimentar, como sistema de tratamento do esgoto domiciliar. Além disso, há irregularidades diversas como ligações clandestinas em galerias de águas pluviais e



fossas no passeio público. As condições desta infraestrutura urbana implicam em baixos indicativos de saúde pública e qualidade de vida.

As ações concernentes ao esgoto urbano de Salto do Itararé procuram solucionar problemas de contaminação do solo e das águas e prover sistema apropriado de coleta e tratamento.

AÇÃO EM CURTO PRAZO

4. Realizar levantamento de todas as fossas na área urbana, a fim de advertir os proprietários em situação irregular e penalizar aqueles que não se adequarem em prazo estabelecido em legislação ambiental municipal.

AÇÃO EM CURTO/MÉDIO PRAZ

5. Intervir para a implantação de sistema de esgotamento sanitário (rede de coleta e tratamento de esgoto) na sede urbana.

Coleta, Destinação e Tratamento de Resíduos

Garantir o aproveitamento dos resíduos sólidos trata-se de ação prioritária para o desenvolvimento sustentável, levando-se em consideração a conservação ambiental, assim como a valorização social da população que poderá vir a trabalhar com a coleta de resíduos. Sistemas associativos ou cooperativos podem ofertar melhores condições de trabalho aos catadores, valorizando o trabalho e gerando renda. Além disto, a sistematização da coleta e destinação adequada de material reciclável implica em aspecto prático (físico/financeiro) que é a redução de volume de resíduos destinados ao aterro controlado, ampliando sua vida útil, otimizando processos e reduzindo custos com o manejo e tratamento.

AÇÕES EM CURTO PRAZO

6. Elaborar Plano de Gestão de Resíduos Sólidos (dando destinação correta a resíduos especiais como: entulho de construção civil, pneus, eletroeletrônicos, pilhas/baterias, lâmpadas, resíduos volumosos e rejeitos de matadouros, de criação de suínos, etc.);
7. Adquirir caminhão compactador de lixo.

AÇÃO EM MÉDIO PRAZO

8. Adquirir triturador de galhos de árvores para auxiliar no processo de compostagem dos resíduos provenientes da poda e corte da vegetação urbana.

AÇÕES EM CURTO/MÉDIO/LONGO PRAZO

9. Ampliar a coleta seletiva de resíduos recicláveis, divulgando os sistemas de coleta diferenciados realizando campanhas educativas com *folders* explicativos para a distribuição à população e eventos relacionados ao tema (palestras, gincanas, mutirões ou arrastões de limpeza, etc.);



10. Estimular através de incentivos fiscais, a implantação de empresas que tenham como atividade processos de reutilização e reciclagem;
11. Adquirir área, construir e equipar entreposto (galpão) para a separação e armazenagem de resíduos provenientes da coleta seletiva;
12. Realizar projeto de Aterro Sanitário controlado no Município ou através de um Consórcio Intermunicipal.

Pavimentação, Acessibilidade e Mobilidade Urbana e Rural

Salto do Itararé apresenta boa estrutura viária, com a maioria de suas vias pavimentadas, sinalizadas e com dimensões adequadas ao fluxo. A manutenção das vias deve ser uma ação contínua do Município.

Indica-se para as vias urbanas ainda sem pavimentação, a utilização do paralelepípedo ou do bloquete, pois são pavimentos que possibilitam maior permeabilidade das águas das chuvas. É importante salientar que estes materiais, além de evitar a sobrecarga do sistema de drenagem, também têm custo e manutenção menores, maior vida útil e poder de amenizar altas temperaturas, melhorando o microclima urbano.

AÇÕES EM CURTO/MÉDIO/LONGO PRAZO

13. Promover a pavimentação das vias e passeios públicos da área urbana da sede municipal, identificando e priorizando aquelas de maior interesse para a comunidade e observando as normas da ABNT de acessibilidade universal;
14. Estruturar a malha viária rural através da:
 - a) Execução de obras de readequação e cascalhamento de estradas rurais;
 - b) Promover a melhoria do acesso às propriedades rurais;
 - c) Garantia da manutenção das estradas rurais utilizadas para realização do transporte escolar e escoamento da safra, realizando com frequência obras/serviços de recuperação e conservação, inclusive das cabeceiras das pontes e dos bueiros.

Drenagem Urbana

Quanto a drenagem urbana em 2010 foi registrado enchentes e inundações, além da escassa rede de galerias de águas pluviais, existem problemas de ligação irregular de esgoto na rede, observados através do despejo de águas com características de esgoto doméstico que saem do emissário. Este problema deve ser sanado para evitar contaminação das águas superficiais e subterrâneas.

Esta deficiência aliada à crescente impermeabilização da cidade conforma grande potencial para danos ambientais severos, como voçorocas e desaparecimento de nascentes e pequenos cursos d'água por assoreamento.



A impermeabilização aumenta o volume e a velocidade da água da chuva que escoar e não infiltra o que pode sobrecarregar o sistema de drenagem ou causar problemas erosivos nas áreas dos emissários finais. Por tal motivo, o melhor pavimento é o tipo semipermeável (blocos de cimento ou paralelepípedo).

AÇÕES EM CURTO/MÉDIO/LONGO PRAZO

15. Estimular a implantação e construção de calçadas ecológicas com vista à infiltração de águas pluviais e conceder incentivos à população de baixa renda para a devida execução;
16. Ampliar rede coletora de águas pluviais e construir emissários finais, com dissipadores de energia, visando a captação e o escoamento adequados das águas pluviais da sede municipal;
17. Realizar vistoria e relatório anuais das galerias de águas pluviais para verificar ligações clandestinas de esgoto e penalizar os proprietários segundo legislação ambiental municipal.

Recuperação da Paisagem Urbana

A proteção, manutenção e melhoria da paisagem urbana, ajudam a potencializar os valores cívicos, tornando o ambiente agradável aos moradores e turistas.

AÇÕES EM LONGO PRAZO

18. Incentivar a construção de muros e calçadas em lotes e espaços vazios ou edificados, com vistas à melhoria estética da paisagem, na zona urbana. E conceder incentivos à população de baixa renda para a devida execução;
19. Implantar taxa de IPTU progressivo, nos lotes e espaços vazios desprovidos de muros e calçadas, onde o asfaltamento e o meio fio estejam implantados.

Iluminação Pública

A iluminação pública é essencial à qualidade de vida e a melhoria deste serviço proporciona qualificação da imagem da cidade, contribuindo para o desenvolvimento social e econômico da população. Está diretamente ligada à segurança, além de proporcionar embelezamento às áreas públicas urbanas, favorecendo o turismo, o comércio, e o lazer noturno.

AÇÃO EM CURTO/MÉDIO PRAZO

20. Promover o rebaixamento da iluminação pública, principalmente nas vias de maior trafegabilidade de pedestres e/ou de maior interesse à comunidade (com equipamentos urbanos: hospitais, escolas, ginásio de esporte, etc.), e ainda implantar esse tipo de iluminação nas vias não atendidas por esse serviço.



7. DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO



As possibilidades de inserção no processo produtivo são o fator de maior influência na qualidade de vida da população. A partir da geração de trabalho e renda incrementa-se o capital de giro no Município e criam-se condições para o empreendedorismo nas áreas de potencial econômico de Salto do Itararé.

Ao poder público cabe prover serviços de qualidade para que não ocorra a emigração daqueles que, pelo aumento do poder aquisitivo, podem buscar, por exemplo, educação e saúde em instituições privadas em cidades maiores (onde se encontram os serviços mais diversificados). Mas principalmente, o governo deve servir toda a população como ente representativo em prol do bem comum. Por isto, o conceito de desenvolvimento entendido neste PDM não se restringe apenas ao crescimento econômico indicado pelo produto interno bruto (PIB) ou pela renda *per capita*. O desenvolvimento é "socioeconômico", ou seja, inclui moradia, educação, nutrição, saúde e assistência social com ações correlacionadas.

ECONÔMICO

O desenvolvimento econômico do Município depende de ações que venham ao encontro das potencialidades e anseios da comunidade, no sentido de fomentá-las, oportunizando condições para atrair novos investimentos e tecnologias, prevendo a inclusão social participativa do trabalhador e investindo na qualificação profissional, inserindo jovens e trabalhadores no mercado de trabalho.

Agropecuária

Sendo a base econômica de Salto do Itararé a agropecuária, as ações propostas buscam favorecer as condições para a evolução das atividades primárias, a agroindústrias ou empresas que agreguem valor aos produtos, bem como a melhoria das condições de trabalho rural, com preocupação quanto ao ambiente natural.

AÇÕES EM CURTO/MÉDIO/LONGO PRAZO

21. Incentivar os mini e pequenos produtores rurais (agricultura familiar) no que se refere à modernização tecnológica, capacitação técnica e à elaboração/capacitação da carta de aptidão para a solicitação de financiamento junto aos Programas Estaduais e Federais;
22. Estimular e fortalecer os processos de organização dos agricultores, apoiando formas alternativas de comercialização de insumos e produtos, facilitando também o acesso ao crédito agrícola de custeio e investimento;
23. Incentivar a diversificação da produção agrícola, principalmente nas pequenas propriedades rurais (agricultura familiar), promovendo rotação de culturas para recuperação e manejo adequado dos solos, através do acompanhamento técnico da



Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente; Cooperativas, Iniciativa Privada, EMATER e SENAR;

24. Implementar políticas com o objetivo de fortalecer e consolidar a pecuária;
25. Incentivar a apicultura e a produção de lã e casulos do bicho-da-seda no Município.

Turismo

Salto do Itararé possui potencial para a atividade turística, pois possui atributos naturais passíveis de serem explorados.

São necessários investimentos tanto do poder público na publicidade do Município como um todo, quanto do setor privado para oferecer serviços que tiram melhor proveito dos potenciais turísticos (serviço de guias turísticos e instrutores, fornecimento de equipamentos, hospedagem, alimentação, transporte coletivo, etc.).

AÇÕES EM CURTO/MÉDIO/LONGO PRAZO

26. Realizar parcerias com a iniciativa privada a fim de incentivar o ecoturismo e o turismo rural;
27. Construção do Centro de Eventos e dos Portais da Cidade e elaboração e execução do Projeto de Sinalização Turística;
28. Fortalecer os Setores de Meio Ambiente e Turismo criando a cartilha Turística de Salto do Itararé, estimulando a atividade turística urbana e rural (turismo no espaço rural – atividades agropecuárias, ecológicas, esportivas, turismo de eventos, gastronômico, religioso e de lazer) como fonte de renda e incremento do mercado de trabalho, através da divulgação mais ampla dos eventos realizados no Município e da exploração adequada dos atrativos existentes;
29. Elaborar o inventário e calendário turístico do Município de Salto do Itararé, identificando:
 - a) As festas tradicionais, típicas, folclóricas e culturais realizadas no Município, elaborando um calendário destas atividades;
 - b) Espaços Culturais (parques, praças, igrejas, escolas etc.) como base para o reconhecimento do potencial objeto de incentivo;
 - c) Marcos/monumentos referenciais para a comunidade, inclusive o patrimônio natural, explicitando as estratégias de abordagem e relações estabelecidas pela comunidade;
 - d) Áreas que contêm elementos históricos e paisagísticos e se configuram como oportunidades de desenvolvimento cultural.



SOCIAL

As ações desenvolvidas abrangem a população urbana e rural nas diversas faixas etárias, as quais são realizadas através de serviços socioassistenciais governamentais e não governamentais de proteção social básica e especial.

A Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social desenvolve um amplo e importante trabalho e para isso conta com equipe multidisciplinar formada por: assistentes sociais, psicólogos, orientadores sociais, auxiliares administrativos, entre outros profissionais. Tem como objetivo promover ações de forma integrada às políticas setoriais, considerando as desigualdades socioterritoriais, visando seu enfrentamento, a garantia dos mínimos sociais, ao provimento de condições para atender contingências sociais e à universalização dos direitos sociais.

O órgão gestor está localizado na Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social e é responsável pela coordenação e organização da política de Assistência, conforme os parâmetros estabelecidos na Política Nacional de Assistência Social. Nas ações que envolvem o desenvolvimento social priorizam-se ampliação e reforma nos equipamentos públicos para garantir o atendimento educacional, cultural, de esporte, lazer e recreação, bem como de assistência social e saúde pública da população, assim como a adequação dos equipamentos existentes à Norma Brasileira 9050 (NBR 9050) de acessibilidade universal.

Saúde

As ações prioritárias devem garantir à população o acesso ao atendimento qualificado no setor, através da adequação da infraestrutura e modernização dos sistemas das unidades de saúde, bem como da disponibilização de serviços básicos e da promoção de rotinas de tratamento, do desenvolvimento de políticas de prevenção de doenças e da ampliação da oferta de atendimento especializado.

AÇÕES EM CURTO PRAZO

- 30. Adquirir equipamentos de informática para o Departamento Municipal de Saúde;
- 31. Controlar o fornecimento de medicamentos da Farmácia Municipal, através da informatização.

AÇÕES EM CURTO/MÉDIO PRAZO

- 32.** Promover a informatização do Departamento Municipal de Saúde interligando-os a todas as unidades de saúde locais e buscando a atualização do sistema de informação em saúde (Municipal, Estadual e Federal) para subsidiar o planejamento, a execução e a avaliação das ações e serviços;
- 33.** Adequar os edifícios públicos do setor às suas variadas necessidades;



34. Adequar os convênios de saúde do Município.

AÇÕES EM CURTO/MÉDIO/LONGO PRAZO

35. Buscar parcerias com instituições de ensino para a realização de cursos de capacitação para os profissionais da área da saúde;
36. Reforçar o Sistema de Vigilância Sanitária no Município através de:
- a) Monitoramento da destinação e manejo de resíduos sólidos;
 - b) Monitoramento do acondicionamento e destinação final dos resíduos de saúde;
 - c) Intensificação e manutenção, segundo as especificidades municipais, dos programas e serviços de vigilância epidemiológica e sanitária;
 - d) Fiscalizar a qualidade ambiental das áreas residenciais para evitar doenças causadas pelos resíduos domésticos e industriais;
 - e) Desenvolver programas e campanhas, sobre questões diretamente ligadas à saúde pública, tais como: prevenção de doenças sexualmente transmissíveis, gravidez precoce, planejamento familiar, cuidados com a maternidade (pré-natal, amamentação, nutrição, etc.), prevenção de câncer, saúde bucal, saúde e higiene pessoal, combate às drogas, doação de sangue e de órgãos, entre outros.

Educação

No setor da educação, as principais ações estão relacionadas à garantia de acesso à educação e à qualificação profissional, da democratização do ensino através do processo participativo, estimulando a permanência do aluno na escola e garantindo a equidade educacional.

A rede escolar de Salto do Itararé tem suprido a demanda até o momento. No entanto, a Secretaria de Educação prevê ampliação e construção de espaço físico próprio para os equipamentos que já apresentam deficiência em relação à falta de espaço físico para o desenvolvimento das atividades.

AÇÕES EM CURTO PRAZO

37. Elaborar Plano Municipal de Educação;
38. Implantar, em todas as escolas, laboratórios de informática com acessibilidade à Internet;
39. Implantar sinalização de trânsito (horizontal e vertical) em frente às Escolas e Colégios e construção de ponto de ônibus para o transporte escolar;
40. Equipar as escolas com toda infraestrutura, material didático e humano para o seu funcionamento e promover melhorias nas edificações e no mobiliário;
41. Pleitear recursos junto aos Governos do Estado e Federal para a ampliação dos prédios escolares (Educação Infantil e Ensino Fundamental), para que se possa aumentar o número de alunos atendidos por escola;



42. Buscar na esfera estadual ou federal recursos para aquisição de veículos para o transporte de universitários, cedendo-os em regime de comodato.

AÇÕES EM CURTO/MÉDIO/LONGO PRAZO

43. Adquirir materiais didáticos e pedagógicos (livros de literatura infantil e paradidáticos, jogos educativos, mapas geográficos, planetário, esqueletos e torsos humanos, microscópio e brinquedos pedagógicos de acordo com a faixa etária) para a distribuição aos alunos da rede pública municipal;
44. Atualizar sempre que necessário o Plano de Carreira e o Estatuto do Magistério Municipal, regularizando os profissionais da educação de acordo com a função que exercem e tempo de serviço no Magistério;
45. Contratação de profissionais para promoção de cursos e palestras destinados a capacitação dos professores e servidores da educação em geral;
46. Realizar fiscalização e manutenção constante nos equipamentos do setor de educação e nos veículos da frota escolar, visando manter o bom estado de conservação;
47. Enriquecer a Merenda Escolar com frutas, legumes e verduras, preferencialmente produzidas no Município e/ou região;
48. Promover atendimento psicológico, psicopedagógico e fonoaudiólogo no município, com carga horária de 40 horas, compatível ao funcionamento escolar;
49. Aperfeiçoar o Projeto Pedagógico para a Escola Pública Municipal, incluindo ações relativas à qualidade de ensino, discussões, campanhas e atividades na busca de soluções para os problemas cotidianos e desenvolver programas educacionais nas áreas de meio ambiente, saúde, esporte, cultura, cidadania, trânsito e segurança.

Cultura

As atividades culturais de Salto do Itararé são desenvolvidas pelo Setor de Cultura do Departamento Municipal de Cultura, Esportes e Lazer.

AÇÕES EM CURTO PRAZO

50. Criar o Conselho e o Fundo Municipal de Cultura, viabilizando junto ao Poder Público recursos para o resgate da Cultura dentro do Município;
51. Adequar os edifícios públicos do setor ao uso de pessoas com necessidades especiais e/ou deficiências físicas;
52. Viabilizar a criação da Rádio Municipal.

AÇÕES EM CURTO/MÉDIO/LONGO PRAZO

53. Realizar projetos pela biblioteca municipal de leitura, oficina de teatro, de dramatização, laboratório de redação etc. para alunos da rede pública e comunidade em geral;



54. Adquirir equipamento de áudio e vídeo para ser utilizado nos eventos culturais, material cenográfico para realização de oficinas de teatro e instrumentos musicais destinados a atividades culturais;
55. Realizar oficinas e projetos com profissionais específicos das áreas de dança, teatro, música, além de incentivar a continuidade e ampliação dos grupos de coral e de artesanato, promovidos pelo CRAS;
56. Construção de novos equipamentos, como museu municipal e teatro.

Esporte e Lazer

As prioridades em Salto do Itararé buscam garantir aos cidadãos acesso a atividades esportivas, de lazer e recreação, como meio de incrementar a qualidade de vida, através de reestruturação e da implantação de espaços propícios.

AÇÕES EM CURTO PRAZO

57. Reformar e readequar equipamentos Municipais de Esporte e Lazer, adaptando-os à acessibilidade universal;
58. Concluir a construção do Estádio Municipal (Mulão);
59. Instalar uma Academia da Terceira Idade (ATI).

AÇÕES EM CURTO/MÉDIO/LONGO PRAZO

60. Construir uma Pista de Atletismo para a prática de atividades físicas, caminhada e atletismo, entre outros esportes;
61. Revisar a função de áreas institucionais, de modo a permitir a implantação de parques e praças nas áreas remanescentes.
62. Desenvolver campanha de incentivo ao jovem à prática de esportes, com prêmios e ajuda de custo nas viagens para participar de torneios e campeonatos.
63. Difusão da prática de esportes no Município, principalmente entre crianças, jovens e idosos.

Assistência Social

As principais ações no campo da assistência social buscam melhorar a parte organizacional do setor para que sejam desenvolvidas, de fato e com qualidade, atividades assistenciais contra a exclusão e desigualdade social, bem como de geração de trabalho e renda. Ou seja, Salto do Itararé deverá preocupar-se com levantamento, análise e decisão relativas à realidade da sociedade.

AÇÕES EM CURTO/MÉDIO PRAZO

64. Implantar sistema informatizado no Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social, favorecendo a sua integração com os demais setores públicos;



65. Adquirir veículo para a Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social para uso de todos os setores da área social;
66. Ampliar a sede do Centro de Referência da Assistência Social – CRAS;
67. Reforma e adequação dos espaços físicos utilizados para os serviços socioassistenciais em relação à acessibilidade universal.

AÇÕES EM MÉDIO/LONGO PRAZO

- 68.** Desenvolver e manter programa de acompanhamento das crianças e adolescentes em situação de risco, mediante ações socioeducativas e preventivas, trabalhando junto às famílias, garantindo sua integração junto à comunidade;
- 69.** Estruturar plenamente a Secretaria de Assistência Social e seus órgãos vinculados com equipe e equipamentos.

Habitação

No âmbito das necessidades habitacionais, Salto do Itararé deve focar em ações que criem instrumentos úteis para buscar auxílio junto aos governos estadual e federal, contando com auxílio da iniciativa privada para a implantação de programas e projetos.

O objetivo é universalizar o acesso à moradia digna, reduzindo o déficit habitacional já nos cinco primeiros anos de implantação do Plano Diretor (período de abrangência do PAI), nas áreas urbanas e no espaço rural.

AÇÕES EM CURTO PRAZO

70. Criar e instituir o Conselho e o Fundo Municipal de Habitação;
71. Elencar representantes de entidades de classe, como o Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) e/ou do CAU – Conselho de Arquitetura e Urbanismo, para participarem do Conselho Municipal de Habitação, como meio de agilizar e qualificar a aprovação de projetos públicos, a fim de garantir a qualidade das construções da população de baixa renda;
72. Cadastrar famílias carentes, a fim de promover em ordem de prioridade as ações necessárias para a solução do déficit habitacional;

AÇÃO EM MÉDIO/LONGO PRAZO

73. Identificar as áreas do município com possibilidades de desenvolvimento de projetos de habitação de interesse social e adquirir estas áreas para implantação de novos loteamentos e para a construção de unidades habitacionais de interesse social.

Segurança Pública

As ações prioritárias em segurança pública do Município procuram disciplinar as atividades urbanas assim como turísticas e o comportamento coletivo.



Proporcionar segurança, assim como proporcionar apoio às atividades turísticas, é interesse do Município.

AÇÃO EM CURTO PRAZO

74. Operacionalizar o Conselho Municipal de Segurança Pública.

AÇÕES EM CURTO/MÉDIO/LONGO PRAZO

75. Promover gestões junto ao Governo do Estado, no sentido de obter equipamentos e efetivo policial compatível com as necessidades do Município;

76. Estimular operações conjuntas da Comunidade e da Polícia Militar através do Conselho de Segurança.

Defesa Civil

A Defesa Civil tem o objetivo de promover, como o nome explica, a defesa permanente contra desastres naturais e/ou provocados pelo homem, de forma multissetorial e nos três níveis de governo – federal, estadual e municipal – com ampla participação da comunidade. Compreende ações de prevenção, preparação, resposta e reconstrução.

Para que seja concreta sua atuação, este PAI prevê ações para a municipalidade instaurar tal processo permanente.

AÇÃO EM CURTO/MÉDIO/LONGO PRAZO

77. Elaborar Plano Diretor de Defesa Civil visando implementar programas de mudança cultural e de treinamento de voluntários conscientizando a população acerca de suas responsabilidades frente à prevenção de desastres;

78. Identificar, junto aos moradores das áreas consideradas de risco, acessos possíveis para caminhões de coleta de lixo, transportes coletivos e serviços essenciais, como ambulâncias e corpo de bombeiros, e carros pequenos, no caso de emergências e sinistros.

Serviços Funerários

O cemitério de Salto do Itararé não possui conflito quanto a sua localização e não supre a necessidade da demanda nos próximos 10 anos, conforme diagnosticado. O local possui uma infraestrutura em condições razoáveis como: iluminação, calçadas, cruzeiro e banheiro sanitário. A capela mortuária, usada como suporte aos serviços funerários de Salto do Itararé, encontra-se em bom estado de conservação.



AÇÕES EM CURTO PRAZO

79. Elaborar programas específicos para realização de obras e serviços, visando à ampliação, conservação, manutenção e melhoria do cemitério municipal.

AÇÕES EM CURTO/MÉDIO/LONGO PRAZO

80. Elaborar projeto de lei sobre os principais condicionantes técnicos e institucionais relativos aos processos de construção, instalação, funcionamento de atividades e serviços destinados a sepultamentos e outros procedimentos dos cemitérios públicos;
81. Garantir o controle e o monitoramento das áreas de cemitério que podem ocasionar contaminação do solo e lençol freático, cumprindo o que determina a legislação estadual.



8. DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL E GESTÃO DEMOCRÁTICA



A Prefeitura Municipal deve organizar e manter atualizado um vasto acervo de informações sobre o Município, em função de suas competências constitucionais e responsabilidades sociais. O conteúdo dessas bases de dados é utilizado constantemente, tanto nos serviços internos, subsidiando a elaboração das políticas públicas e a tomada de decisões, quanto no atendimento às solicitações externas. Para responder a essas demandas é necessário cruzar informações, que quase sempre estão espalhadas em diversos órgãos e arquivos, e recorrer a análises espaciais extremamente trabalhosas, dado que, de 70 a 80% das informações utilizadas na administração municipal possuem referência espacial.

O Sistema de Informações Geográficas (SIG), por exemplo, é uma ferramenta de informática que permite integrar bases de dados de origem distintas sobre uma base cartográfica digitalizada, e que poderá vir a ser utilizado pelo Município. Alguns SIGs oferecem ótimas ferramentas de apoio à decisão, com custo de treinamento e aquisição bastante acessíveis, favorecendo a implantação em pequenos e médios municípios, com a vantagem de possibilitarem mais oportunidades de disciplinar adequadamente o uso do território, seja pelo baixo grau de urbanização ou por apresentarem menor conflito e demanda menos complexa. Desta forma, evita-se que, num futuro próximo, o município enfrente os problemas hoje encontrados nos grandes centros urbanos.

Ao investir no SIG, além de aproveitar o potencial existente em sua própria estrutura, a Prefeitura de Salto do Itararé ganhará agilidade nos processos, reduzindo e simplificando esforços dos diversos agentes envolvidos, gerando grande economia em escala e oferecendo atendimento de melhor qualidade aos contribuintes.

Um dos grandes desafios da gestão pública é estruturar uma equipe de servidores que esteja preparada e motivada constantemente para prestar o serviço público. Ao investir na capacitação técnica e humana, a Prefeitura valoriza o funcionalismo e oferece atendimento de melhor qualidade à população. Outro desafio é implantar ou incrementar no Município a fiscalização, não só tributária, mas também de obras e planejamento urbano. Além disso, a revisão do Plano de Cargos e Salários deverá ser realizada, valorizando a qualificação profissional dos funcionários, assim como a revisão do organograma administrativo.

Caberá ao poder público implantar os instrumentos de gestão democrática garantindo o controle social na administração da cidade, através da inclusão dos diversos setores da sociedade em debates, consultas e audiências, nas análises, discussões e avaliação de planos e projetos de interesse público. Além desses instrumentos deverá implantar o Orçamento Participativo.

O primeiro ato a ser executado no processo de gestão democrática do PDM é a instituição do Conselho Municipal da Cidade que tem como objetivo o



monitoramento, o que permite avaliar o desempenho da Gestão Municipal implementada através do PDM proposto. A proposta de monitorização visa acompanhar as seguintes linhas de atuação:

- A aprovação e implantação da Legislação Urbanística proposta no PDM;
- A adaptação da estrutura organizacional da Prefeitura Municipal, sobretudo nas Secretarias envolvidas com a gestão do PDM;
- A execução dos programas e obras previstas neste PAI;
- Os valores arrecadados mensalmente pelas Secretarias Municipais de: Administração, Finanças, Obras e Viação, Utilidade Pública, Comunicação, Cultura, Rodoviário e Transportes, Agricultura e Pecuária, Esporte e Lazer.

MONITORIZAÇÃO DA APROVAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DA LEGISLAÇÃO PROPOSTA

O PDM apresenta anteprojetos para sete Leis Urbanísticas:

- do Plano Diretor Municipal;
- dos Perímetros Urbanos;
- de Uso e Ocupação do Solo;
- de Parcelamento do Solo;
- do Sistema Viário;
- do Código de Obras;
- do Código de Posturas.

Estas leis são fundamentais para a gestão municipal uma vez que, em seu contexto geral, regulamentam toda a ocupação do território municipal, bem como as posturas de seus munícipes. Cada instrumento legal proposto terá mais do que um indicador, como garantia de sua adequada implementação e monitorização.

Lei do Plano Diretor Municipal

INDICADORES

- Lei aprovada, contendo texto e respectivos mapas georreferenciados;
- Número da Lei do Plano Diretor Municipal aprovada pela Câmara Municipal;
- Cópia da Lei arquivada nos Departamentos Municipais de: Administração, Finanças, Obras, Viação e Serviços Urbanos;
- Fiscalização em função das macrozonas contidas nesta Lei;



Lei do Perímetro Urbano

INDICADORES

- Lei aprovada, contendo memorial descritivo e respectivo mapa georreferenciado;
- Número da Lei do Perímetro Urbano aprovada pela Câmara Municipal;
- Cópia da Lei arquivada nos Departamentos Municipais de: Administração, Finanças, Obras, Viação e Serviços Urbanos;
- Cópia da Lei enviada ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), com indicação das áreas rurais transformadas em áreas urbanas;
- Atualização da Planta Genérica de Valores – Departamentos Municipais de Administração e Finanças.

Lei de Uso e Ocupação do Solo

INDICADORES

- Lei aprovada, contendo texto, tabelas, anexos e respectivos mapas georreferenciados;
- Número da Lei de Uso e Ocupação do Solo aprovada pela Câmara Municipal;
- Cópia da Lei arquivada nos Departamentos Municipais de: Administração, Finanças, Obras, Viação e Serviços Urbanos;
- Atualização da Planta Genérica de Valores – Departamentos Municipais de Administração, Finanças, Obras, Viação e Serviços Urbanos, em função das zonas contidas nesta Lei;
- Número de Alvarás de Localização e Funcionamento expedidos para usos permitidos;
- Número de Alvarás de Localização e Funcionamento expedidos para usos permissíveis;
- Número de Alvarás de Localização e Funcionamento negados;
- Número de Notificações de Infração expedidas;
- Número de Autos de Infração expedidos.

Lei de Parcelamento do Solo

INDICADORES

- Lei aprovada, contendo texto, tabelas e anexos;
- Número da Lei de Parcelamento do Solo aprovada pela Câmara Municipal;



- Cópia da Lei arquivada nos Departamentos Municipais de: Administração, Finanças, Obras, Viação e Serviços Urbanos;
- Número de loteamentos aprovados ano a ano, a partir de 2012, com indicação da área total de novos loteamentos e da área em cada zona;
- Número total de desmembramentos, com indicação da área total e da área em cada zona;
- Número total de remembramentos, com indicação da área total e da área em cada zona;
- Número total de Notificações de Embargo expedidas;
- Número total de Autos de Infração expedidos.

Lei do Sistema Viário

INDICADORES

- Lei aprovada, contendo texto, tabelas, anexos, perfis das vias e respectivo mapa georreferenciado;
- Número da Lei do Sistema Viário, aprovada pela Câmara Municipal;
- Cópia da Lei arquivada nos Departamentos Municipais de: Administração, Finanças, Obras, Viação e Serviços Urbanos;
- Execução do sistema viário dos loteamentos aprovados de acordo com esta Lei, a partir da vigência do PDM;
- Abertura de vias de acordo com os perfis das vias urbanas constantes nesta Lei;
- Pavimentação de vias de acordo com os perfis das vias urbanas constantes nesta Lei.

Código de Obras

INDICADORES

- Código aprovado, contendo texto, tabelas e anexos;
- Número do Código de Obras aprovado pela Câmara Municipal;
- Cópia da Lei arquivada nos Departamentos Municipais de: Administração, Finanças, Obras, Viação e Serviços Urbanos;
- Número de Alvarás de Construção expedidos;
- Número de Certificados de Conclusão de Obra expedidos;
- Área total construída em cada ano, a partir de 2012, em cada zona;
- Número de Alvarás de Demolição expedidos, por ano;



- Área total demolida e área em cada zona, por ano;
- Número de Notificações de Embargo expedidas, por ano;
- Número de Autos de Infração expedidos, por ano;
- Número de Autos de Demolição expedidos e área total demolida, por ano.

Código de Posturas

INDICADORES

- Código aprovado, contendo texto, tabelas e anexos;
- Número do Código de Posturas aprovado pela Câmara Municipal;
- Cópia da Lei arquivada nos Departamentos Municipais de: Administração, Finanças, Obras, Viação e Serviços Urbanos;
- Número de Alvarás de Localização e Funcionamento expedidos para casas e locais de divertimentos públicos;
- Número de Alvarás de Localização e Funcionamento negados para casas e locais de divertimentos públicos;
- Número de Licenças expedidas;
- Número de Licenças Especiais expedidas;
- Número de Autorizações expedidas;
- Número de Notificações de Infração expedidas;
- Número de Autos de Infração expedidos.

Forma de Análise da Implantação da Legislação do Plano Diretor Municipal

Verificação, em curto, médio e longo prazo (curto – dois primeiros anos; médio – de dois a quatro anos; longo – de quatro a cinco anos), da devida execução das medidas acima indicadas.

Estas informações servirão também para monitorização do crescimento urbano no Município.

ACOMPANHAMENTO E MONITORIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DAS OBRAS PREVISTAS NO PAI

Todas as obras definidas neste PAI, parte integrante do PDM de Salto do Itararé, deverão ser viabilizadas nos anos previstos. Portanto, a sua monitorização será feita através da verificação da execução das obras realizadas em curto, médio e longo prazo.



Forma de Análise

Verificação da execução das obras no Município, através de sistema de fiscalização municipal, ao longo dos cinco anos do PAI (curto – de 1 a 2 anos; médio – de 2 a 4 anos; longo – de 4 a 5 anos).

AÇÕES EM CURTO PRAZO

- Implantar sinalização de trânsito (horizontal e vertical) em frente às Escolas e Colégios, construção de ponto de ônibus para o transporte escolar;
- Adequar os edifícios públicos do setor de Cultura ao uso de pessoas com necessidades especiais e/ou deficiências físicas;
- Reformar e readequar equipamentos Municipais de Esporte e Lazer, adaptando-os à acessibilidade universal;
- Construir uma Pista de Atletismo para a prática de atividades físicas, caminhada e atletismo, entre outros esportes;
- Instalar uma Academia da Terceira Idade (ATI);
- Ampliar o espaço físico com infraestrutura adequada para o funcionamento do Centro de Referência da Assistência Social – CRAS;
- Reforma e adequação dos espaços físicos utilizados para os serviços socioassistenciais em relação à acessibilidade universal.

AÇÕES EM CURTO/MÉDIO/LONGO PRAZO

- Promover a pavimentação das vias da área urbana da sede municipal, identificando e priorizando aquelas de maior interesse para a comunidade e observando as normas da ABNT de acessibilidade universal;
- Estruturar a malha viária rural através da:
 - a) Execução de obras de readequação e cascalhamento de estradas rurais;
 - b) Promover a melhoria do acesso às propriedades rurais;
 - c) Garantia da manutenção das estradas rurais utilizadas para realização do transporte escolar e escoamento da safra, realizando com frequência obras/serviços de recuperação e conservação, inclusive das cabeceiras das pontes e dos bueiros.
- Estimular a implantação e construção de calçadas ecológicas com vista à infiltração de águas pluviais e conceder incentivos à população de baixa renda para a devida execução;
- Ampliar rede coletora de águas pluviais e construir emissários finais, com dissipadores de energia, visando a captação e o escoamento adequados das águas pluviais da sede municipal;



- Promover o rebaixamento da iluminação pública, principalmente nas vias de maior tráfegabilidade de pedestres e/ou de maior interesse à comunidade (com equipamentos urbanos: hospitais, escolas, ginásio de esporte, etc.), e ainda implantar esse tipo de iluminação nas vias não atendidas por esse serviço.

MONITORIZAÇÃO DA ADAPTAÇÃO DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA PREFEITURA MUNICIPAL

Deverá ser verificado, na Prefeitura Municipal, se o funcionamento da estrutura administrativa satisfaz as necessidades da administração e em especial as do PDM para cada ano do PAI.

Forma de Análise da Estrutura Organizacional da Prefeitura Municipal

Verificação no Município, em curto, médio e longo prazo, da devida execução das medidas para viabilizar processo permanente de planejamento e gestão municipal expressas nas Ações:

AÇÕES EM CURTO PRAZO

1. Criar Núcleo de Planejamento, com arquiteto urbanista e engenheiro civil no quadro técnico, para implementação e monitoramento da aplicação do Plano Diretor;
2. Reestruturar e realizar revisão organizacional da administração pública;
3. Implantar Plano de Cargos e Carreiras para todos os servidores;
4. Executar o recadastramento imobiliário no Município e atualização da planta genérica de valores imobiliários (atualização do Cadastro de Imóveis urbanos vazios, públicos e privados);
5. Promover a contratação de fiscais para os setores de tributação e obras;
6. Interligar em rede todos os setores do poder municipal;
7. Criar e instituir o Conselho Municipal da Cidade, para o atendimento aos objetivos e diretrizes do PDM, bem como para o encaminhamento e execução das ações e projetos elencados no Plano.

AÇÕES EM CURTO/MÉDIO/LONGO PRAZO

8. Organizar debates, audiências, consultas públicas, conferências, para concretizar o plano diretor, o orçamento participativo e a iniciativa popular de projetos de lei;
9. Garantir a participação de todos os departamentos municipais, órgãos estaduais atuantes no Município e a população nos processos decisórios e de formulação de estratégias para o desenvolvimento municipal, implicando eficiência ao evitar duplicidade de projetos e análises;
10. Padronizar os procedimentos administrativos;



11. Promover a revisão do código tributário municipal;
12. Adquirir mobiliário, máquinas, equipamentos, utensílios e veículos visando suprir ou minimizar as necessidades tecnológicas e estruturais do Poder Público Municipal na implantação e execução de obras e ações efetivas de desenvolvimento e manutenção dos serviços prestados à população.

AÇÃO EM MÉDIO PRAZO

13. Elaborar Plano Diretor de Tecnologia da Informática.

AÇÃO EM LONGO PRAZO

14. Criar e implantar base de dados acessível por meio eletrônico a toda população, através do terminal público de consulta.